

CLAUDIO GONÇALVES COUTO
FERNANDO LUIZ ABRUCIO
MARCO ANTONIO CARVALHO TEIXEIRA

INTRODUÇÃO – DEFINIÇÃO DO TEMA

Ao se considerar os resultados do pleito municipal de 2012, buscando inferir suas possíveis consequências para a política nacional, ao menos uma constatação negativa é possível estabelecer de antemão: eles não permitem antecipar o desfecho de 2014. Em primeiro lugar, porque o eleitorado brasileiro historicamente tem feito escolhas independentes, conforme o nível de governo e a disputa em questão. O eleitor típico, se avalia bem um governo municipal do partido X, tende a votar nele para prefeito, mesmo que na disputa estadual tenha porventura premiado seu adversário, partido Y e, na eleição presidencial, tenha punido o mesmo partido X ao qual deu seu voto no município, votando – quem sabe – em Z (adversário de X e Y).

Essa independência da decisão do voto para diferentes pleitos se deve ao fato de que os cidadãos consideram que as eleições têm agendas diferentes, e não necessariamente intercambiáveis. Assim, o eleitor quer saber o que os candidatos a prefeito farão com suas cidades, e os presidenciais, para o país. O mesmo vale para a premiação e punição dos postulantes à reeleição. É por isso que o mesmo cidadão pode votar em partidos diferentes para pleitos distintos, considerando, por exemplo, que a legenda mereça seu voto para o plano municipal e não deva recebê-lo para a disputa federal ou estadual.

Ademais, muita coisa acontece entre os dois pleitos, afetando não só as preferências dos eleitores, como as estratégias de partidos e lideranças. Assim, se – como preveem os mais críticos à política econômica – o crescimento estancar, sobretudo afetando o emprego, a popularidade da presidenta deverá cair; por outro lado, como apontam economistas de orientação menos ortodoxa, há elementos de retomada negligenciados por muitos. Assim, é possível que a maré ruim que marcou 2012 e o início de 2013 ceda a um novo impulso de crescimento, que alente a reeleição de Dilma Rousseff.

Seja como for, os resultados das disputas municipais nos dão um mapa da distribuição do poder dos partidos pelo país, indicando quem é forte ou fraco em cada lugar e quem são os potenciais aliados ou adversários de cada um nos Estados e regiões.

O EFEITO DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS NAS CAPITAIS BRASILEIRAS NO PLANO NACIONAL – UM BALANÇO DE 2004/2006 E 2008/2010

As eleições municipais nas capitais brasileiras sempre são tratadas pela mídia de maneira geral como um termômetro que antecipa o clima para as sucessões estaduais e presidenciais vindouras. Nessa linha, os partidos também apostam alto em suas principais lideranças para esses pleitos e estas acabam se tornando candidatos potenciais para cargos de governador, presidente da República ou mesmo dirigente máximo do próprio partido.

Todavia, um olhar retrospectivo sobre estes pleitos que antecederam as disputas presidenciais de 2006 e 2010, assim como o de 2012, revela que a influência do resultado de uma eleição sobre a outra é relativa, mostrando que as eleições municipais são eivadas de particularidades, como a realidade política local e a avaliação do desempenho da gestão, que não permitem vinculá-las diretamente à disputa nacional. A tabela 1 traz informações sobre qual partido venceu as três últimas eleições para prefeito nas 26 capitais brasileiras.

Antes de entrar diretamente no debate acerca dos dados apresentados na tabela acima, convém lembrar que as eleições municipais de 2004 transcorreram já com o PT no comando da Presidência da República e com a aliança PSDB/PFL na oposição, após governar o país por oito anos seguidos. Se por um lado a chegada do petismo ao Palácio do Planalto em 2002 pode nos ajudar a entender a forte presença do partido no comando de capitais brasileiras em 2004 e conseqüente declínio dos partidos de oposição – notadamente PSDB e PFL –, por outro também é importante lembrar que foi em 2004 que

Tabela I. *Prefeitos eleitos pelos 10 maiores partidos nas capitais 2004, 2008 e 2012*

	2004	(%)	2008	(%)	2012	(%)
PMDB	2	7,7%	6	23,0%	2	7,7%
PSDB	5	19,2%	4	15,5%	4	15,4%
PT	9	34,6%	6	23,0%	4	15,4%
PP	0		0	0	2	7,7%
PSB	3	11,5%	3	11,5%	5	19,2%
PDT	3	11,5%	1	3,9%	3	11,5%
PTB	1	3,9%	2	7,7%	0	
PFL/DEM	1	3,9%	1	3,9%	2	7,7%
PR	0	0	0	0	0	
PSD*	0	0	0	0	1	3,9%
DEMAIS	2	7,7%	3	11,5%	3	11,5%
Total	26	100	26	100	26	100

Fonte: TSE.

* PSD foi criado em 2011.

o PT foi derrotado em Porto Alegre – após governar a capital gaúcha por 16 anos consecutivos – e que foi nessas mesmas eleições que tucanos e pefelistas venceram os pleitos nas duas capitais mais importantes do país: São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente.

O que explicaria a vitória da oposição nas duas principais capitais brasileiras dois anos após o PT conquistar a Presidência da República? Se buscarmos respostas tentando estabelecer vínculos diretos entre a força num âmbito e a força no outro, teremos dificuldades de responder essa questão. Se, contudo, considerarmos a independência entre os pleitos (como foi apontado no início do artigo), a resposta será mais fácil.

No caso paulistano contou muito o desgaste da gestão Marta Suplicy frente às camadas médias, que são tradicionalmente avessas ao Partido dos Trabalhadores. O governo petista era acusado de ter penalizado os contribuintes com a criação de novos tributos, argumento semelhante já havia sido utilizado contra a gestão Luiza Erundina quando ela lançou a discussão do IPTU progressivo. A expectativa de que com o PT à frente do governo federal haveria mais recursos para a cidade não foi suficiente para convencer o eleitor a reeleger Marta Suplicy. A dinâmica local pesou mais na decisão do voto.

Entretanto, a independência entre os pleitos não impediu que a eleição para a prefeitura paulistana em 2004 fosse afetada por alguns elementos da disputa nacional, uma vez que José Serra (PSDB), que havia sido derrotado por Lula na sucessão presidencial de 2002, apresentou-se como o candidato tucano em São Paulo. Mesmo tendo sido derrotado por Lula em segundo turno nas eleições presidenciais na capital paulista (51% a 49% dos votos válidos), Serra acabou se tornando prefeito com um discurso nitidamente de oposição ao PT no plano nacional.

Isso representou o início de um período de sucesso eleitoral das forças alinhadas ao PSDB na cidade São Paulo. Dois anos após a eleição de Serra, o candidato presidencial tucano, Geraldo Alckmin, venceu Lula em segundo turno na capital, com 54% dos votos válidos. Em 2008, Gilberto Kassab (PFL), vice de Serra, que o sucedeu em 2006 quando o tucano renunciou ao cargo para se candidatar a governador, foi reeleito prefeito. Nas eleições presidenciais de 2010, José Serra derrotou Dilma Rousseff na capital paulista, com 54% dos votos válidos. Porém, em 2012, após uma fracassada tentativa de chegar à Presidência da República, Serra tentou voltar à prefeitura, mas foi derrotado por Fernando Haddad, do PT. A avaliação negativa do governo Kassab, apoiado por Serra, foi um dos fatores decisivos – provavelmente o mais importante – para a sua derrota nas eleições municipais de 2012.

Com relação ao Rio de Janeiro, a dinâmica política local também não se confunde com a disputa nacional. Em 2004, após dois mandatos de prefeito da cidade (1993-1996 e 2001-2004) em que saiu muito bem avaliado, tendo inclusive feito o sucessor no pleito de 1996, César Maia (PFL) foi reeleito para o período 2005-2008, apesar do forte apoio do Governo Federal ao senador Marcelo Crivela, seu principal adversário. Na disputa presidencial, Lula obteve 81% dos votos válidos no segundo turno de 2002 na capital fluminense, contra apenas 19% de José Serra, apoiado por Maia. Em 2006, mesmo com o apoio de Maia ao candidato Geraldo Alckmin do PSDB à sucessão presidencial, Lula obteve no segundo turno 66% dos votos válidos ante 34% do tucano.

Com a mudança da avaliação sobre a gestão municipal, Cesar Maia não conseguiu fazer seu sucessor em 2008 e foi derrotado por Eduardo Paes, do PMDB, que se reelegeu prefeito em 2012, sempre apoiado pelo PT, aliado dos peemedebistas também no Estado. Nas eleições presidenciais de 2010, Dilma Rousseff obteve em segundo turno 61% dos votos válidos, contra 39% de José Serra.

Em Porto Alegre, a derrota do PT em 2004 também deve ser entendida com base em fatores locais vinculados ao desempenho de governo e, também,

a uma fadiga em relação ao partido antes majoritário entre os munícipes, que acabou se refletindo nas eleições presidenciais. Em 2002 o candidato Lula derrotou José Serra em segundo turno na capital gaúcha com 56% dos votos válidos. Em 2004, nas eleições municipais, o PT foi derrotado por José Fogaça, então no PPS, em segundo turno, com números invertidos. Fogaça ficou com 56% dos votos válidos e Raul Pont, candidato do PT, com 44%. Esse mesmo percentual se repetiu no segundo turno das eleições presidenciais de 2006, com o candidato tucano Geraldo Alckmin ficando com 56% dos votos válidos ante 44% de Lula. Nas eleições presidenciais de 2012, Dilma Rousseff obteve em segundo turno das eleições presidenciais os mesmos 44% que havia sido obtido por Lula no pleito anterior.

Porto Alegre acabou se constituindo num caso diferente de São Paulo e Rio de Janeiro, sobretudo, pela regularidade nos resultados dos últimos processos eleitorais, tanto presidenciais quanto municipais. Chama atenção o fraco desempenho do PT nas últimas eleições municipais. O partido acabou ficando em terceiro lugar no primeiro turno com menos de 10,0% dos votos válidos, num cenário em que foi para a disputa contra uma candidata que atraiu parte dos votos petistas na cidade, a comunista Manuela D'Ávila.

No âmbito geral dos dados apresentados na tabela 1 é interessante destacar a oscilação do PMDB. O partido, que havia conquistado seis prefeituras de capital em 2008, caiu para duas em 2012 (Rio de Janeiro e Boa Vista). O PMDB, em 2002, apoiou Serra, indicando para vice na sua chapa a então senadora capixaba Rita Camata. Em 2006 o partido não lançou candidato próprio e nem integrou formalmente nenhuma coligação, apesar da maioria de suas lideranças terem declarado apoio a Lula. Em 2010, o PMDB integrou formalmente a chapa de Dilma Rousseff e indicou como vice o então Deputado Federal Michel Temer. Em 2012, o PMDB venceu no Rio de Janeiro com o PT na chapa; ajudou o PT a vencer em São Paulo, apoiando Fernando Haddad no segundo turno; integrou a chapa vitoriosa do PT para a prefeitura de Goiânia, além de ter dedicado importante apoio à candidatura derrotada de Patrus Ananias para a prefeitura de Belo Horizonte.

Ou seja, embora tenha havido uma aproximação entre PMDB e PT em diversas disputas ao longo desse período, o que pode ser explicado pela aproximação dos dois partidos no âmbito nacional, não é possível derivar daí o desempenho dos dois partidos na disputa pelas capitais. A dinâmica da política nacional favoreceu aproximações locais, mas o sucesso eleitoral da aliança nas eleições presidenciais não se refletiu automaticamente nas disputas municipais dos grandes centros.

Nas hostes opositoristas nota-se um declínio do PSDB nas capitais do Sul e do Sudeste. Nas eleições de 2004 e 2008, os tucanos estavam à frente de prefeituras como as de São Paulo e Curitiba. Em 2012 viu essas duas cidades serem assumidas pelo PT e PDT respectivamente, sendo que na capital paraense o vitorioso foi um dissidente que fora preterido pelo partido no Estado em sua tentativa de obter a candidatura, e que contou com apoio dos petistas. Todas as quatro capitais administradas pelo PSDB atualmente localizam-se nas regiões Norte e Nordeste (Maceió, Teresina, Belém e Manaus). A presença mais forte dos tucanos em capitais ocorre em associação com outras agremiações, como em Belo Horizonte, onde Márcio Lacerda, do PSB, foi eleito com apoio de Aécio Neves.

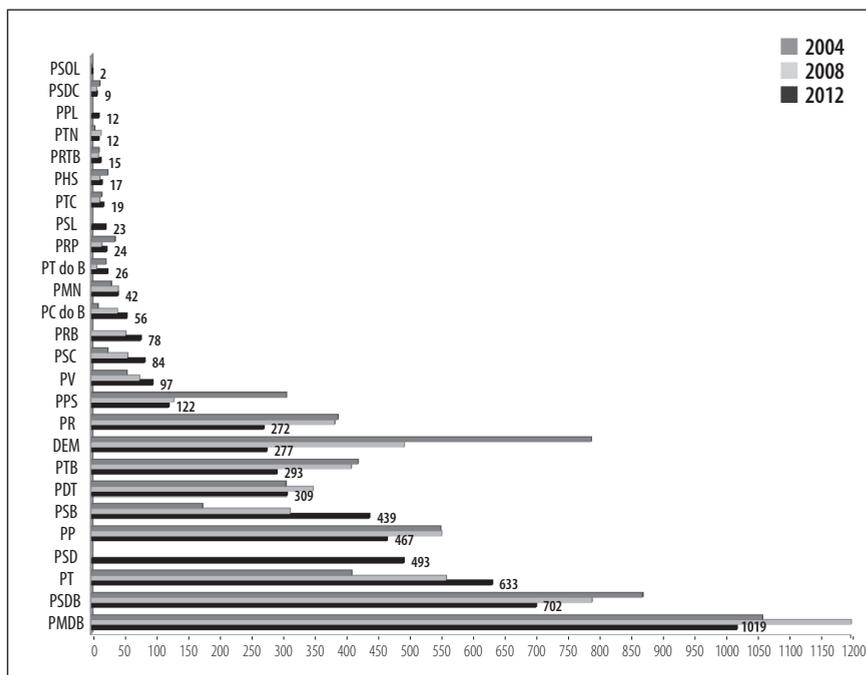
Em relação aos Democratas (antigo PFL), após o declínio decorrente do fim da era FHC e da criação do PSD, que lhe retirou importantes lideranças políticas nacionais, o DEM venceu Salvador e Aracaju em 2012, capitais de estados que o partido governou por muito tempo. Todavia, as atenções ficarão voltadas para o prefeito de Salvador, Antonio Carlos Magalhães Neto, tido como liderança emergente do partido. No eixo Sul/Sudeste o DEM praticamente desapareceu e viu o recém-criado PSD ocupar seu espaço em São Paulo e Florianópolis.

Vale também destacar o caso do PDT. Com prefeitos eleitos em três capitais em 2012 (Curitiba, Porto Alegre e Natal), o partido, assim como o PSB, integra o governo Dilma, mas gerou uma dúvida sobre qual caminho irá seguir em 2014. No Paraná marcha com o PT, em São Paulo apoiou José Serra no segundo turno, em Porto Alegre tem o PT como principal opositor e em Natal venceu o PMDB em segundo turno. Atualmente, o partido se divide entre os que defendem o apoio a Dilma (liderados por Brizola Neto) e aqueles que pensam até em candidatura própria (como o ex-ministro Carlos Lupi). O rumo a ser tomado independe dos resultados dessas últimas eleições municipais e vincula-se mais à capacidade de o Governo Federal conquistar o apoio da maioria dos pedetistas nos próximos dois anos.

Uma análise mais detida do PSB é feita a seguir, e os dados apontam para um crescimento sustentável desse partido nas três últimas eleições municipais.

O PSB, que já crescera consideravelmente nas eleições estaduais e congressuais de 2010, apresentou novo progresso em 2012. Dos 29 partidos que disputaram os três últimos pleitos municipais (2004, 2008 e 2012), 26 elegeram ao menos um prefeito; deles, apenas 5 cresceram por três disputas seguidas (PT, PSB, PV, PSC, PC do B); dentre estes, o maior crescimento foi o dos socialistas (veja-se o gráfico 1). Por essa razão, não surpreende que o presidente do PSB, Eduardo Campos, tenha passado a figurar mais fortemente como possível candidato presidencial em 2014. Essa percepção foi reforçada por declarações críticas ao governo, mas também pelos sinais de independência de seu partido em relação ao PT nas últimas eleições, quando firmou alianças com opositores ao governo federal em diversos municípios relevantes. O PSB aliou-se ao PSDB em Curitiba, Belo Horizonte, Belém e Campinas, e enfrentou os petistas em Recife, João Pessoa, São Luiz e Teresina, para citar alguns exemplos.

Gráfico 1. Prefeitos eleitos por partido (2004-2012)



Fonte: TSE.

A principal dificuldade de Campos e seu partido, contudo, é o alcance geográfico da agremiação, muito restrito ao Nordeste. Enquanto nessa região os socialistas conquistaram 15% das prefeituras, atrás apenas do PMDB (16%), não passaram de 5% no Centro-Oeste e no Sudeste, e apenas 3% no Sul (ver tabela 2). É bom lembrar que nenhum candidato chega ao Palácio do Planalto sem vencer ou ter muitos votos no Sudeste, e os socialistas e Eduardo Campos são fracos em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

O PMDB é o mais capilarizado dos partidos nacionais, liderando em todas as regiões, exceto no Sudeste, onde fica em segundo lugar com 15% dos votos (aí o PSDB tem 20%). Ter prefeituras espalhadas pelos Estados significa possuir uma rede de apoiadores com poder político e administrativo, algo muito relevante na eleição presidencial. Não é à toa que o PMDB, mesmo sem ter candidatos próprios nas últimas quatro eleições, foi a noiva cortejada em todas elas.

Tabela 2. *Percentual de prefeitos eleitos pelos 10 maiores partidos nas regiões*

	Norte	Nordeste	Centro Oeste	Sudeste	Sul	TOTAIS
PMDB	20,5%	16,0%	23,7%	14,5%	24,6%	18,4%
PSDB	15,3%	6,7%	14,7%	19,5%	10,1%	12,6%
PT	11,3%	10,4%	8,4%	12,0%	13,4%	11,4%
PSD	15,1%	11,4%	12,9%	4,2%	7,8%	8,9%
PP	5,0%	5,7%	5,0%	6,6%	17,6%	8,4%
PSB	6,3%	14,8%	5,4%	5,4%	2,9%	7,9%
PDT	1,6%	5,2%	4,7%	4,5%	9,5%	5,6%
PTB	3,8%	6,1%	4,3%	6,2%	3,8%	5,3%
DEM	2,9%	4,5%	7,1%	6,8%	3,1%	5,0%
PR	8,1%	5,3%	6,5%	5,7%	1,6%	4,9%

Fonte: TSE.

Entretanto, tecer uma aliança nacional requer elidir conflitos regionais e buscar complementaridades. Quanto mais fortes são dois partidos numa região, maior tende a ser a competição entre eles e, conseqüentemente, mais difícil é que a aliança prospere ali. Por outro lado, quanto mais diferenciado é seu poder numa dada região, mais propícia é sua aliança, já que os partidos se complementam e faz sentido que o mais fraco busque estar ao lado do mais forte. Se essa diferença de poder relativo varia ao longo do território, de modo

que dois partidos possam oferecer esteio um ao outro em diferentes regiões, tanto melhor para uma possível aliança em eleições nacionais.

Tendo isto em vista, aferimos o peso relativo dos partidos nos Estados e medimos sua propensão à competição ou à complementariedade no país como um todo com base na correlação entre o número de prefeituras obtidas pelos partidos em cada unidade da federação. Correlações negativas significam que um é forte onde o outro é fraco e, assim, teriam razões para traçar uma estratégia nacional de aproximação; já correlações positivas significam que ambos têm força igual nos estados. A tabela 3 traz esses dados para alguns dos principais partidos brasileiros, considerando-se o país como um todo.

Tabela 3. Correlações de força municipal dos 6 maiores partidos nos Estados brasileiros

Partidos (Brasil)	Correlações	Partidos (Brasil)	Correlações
PMDB x PSB	-0,50	PMDB x PSDB	-0,14
PSDB x PSD	-0,39	PSDB x PP	-0,07
PSB x PP	-0,38	PSB x PSD	-0,05
PSD x PP	-0,38	PMDB x PSD	0,12
PSB x PSDB	-0,35	PT x PP	0,14
PT x PSD	-0,33	PT x PSDB	0,15
PMDB x PT	-0,21	PMDB x PP	0,31
PT x PSB	-0,19		

Fonte: Calculado com base em dados do TSE.

Como seria de se esperar, PT e PSDB, que têm polarizado as recentes disputas nacionais e em alguns estados, apresentam a segunda maior correlação positiva entre os 6 maiores partidos, perdendo apenas para os adesistas (no plano nacional) PMDB e PP. Já PMDB e PSD, partidos muito parecidos em seu comportamento congressual e talhados para o governismo, vêm pouco a seguir, na quarta maior correlação. Vêm logo após a dupla PP e PT, que embora seja hoje aliada nacionalmente e tenha construído ao menos uma aliança de grande importância nas últimas eleições municipais (na cidade de São Paulo), foram historicamente rivais e tendem a ser mais fortes em alguns dos mesmos lugares. Assim, é de se esperar que esses partidos, especialmente as duplas PT-PSDB e PMDB-PSD, sejam competidores país a fora, o que tende a dificultar alianças nacionais entre eles, nas eleições presidenciais. No caso da parceria PT-PP, embora complicada, ela pode ser feita de uma forma mais ambivalente,

com disputas em alguns estados e alianças nos estados-chave para a eleição nacional, como o Rio de Janeiro, de modo que uma aliança mais frouxa seria justificável pela necessidade de ter mais votos em colégios eleitorais estratégicos e para ambos se beneficiarem na eleição presidencial de dois instrumentos essenciais – os petistas ganham o tempo de TV do PP e este ganha as verbas do Ministério das Cidades para aumentar sua capilaridade e garantir eleitorado onde já é mais forte.

Afora esses casos, todas as demais duplas de partidos apresentam correlações negativas, a mais forte correlação delas unindo PMDB e PSB, o que indica que eles tendem a se complementar país afora – sugerindo que uma coligação entre ambos poderia ser muito produtiva para ambos na eleição presidencial. Mas o PSB também teria bons motivos para se aliar ao PSDB, enquanto o PT teria no PSD um aliado até mais complementar do que o PMDB (embora bem menor).

A tabela 4 mostra que dentro das diferentes regiões é possível notar também essa lógica de complementaridade versus competitividade. PT e PSB são fortemente complementares no sudeste, onde os petistas são muito fortes e os socialistas possuem uma presença apenas marginal no poder municipal, a despeito de algumas posições significativas, como a prefeitura de Belo Horizonte – conquistada recentemente com o apoio tucano para a reeleição. Ressalve-se que a complementariedade ou a competitividade concerne à distribuição geográfica de forças, não a afinidades políticas – em particular as do plano nacional.

Tabela 4. *Correlações de forças entre os principais partidos nacionais nas regiões mais populosas*

Partidos (Região)	Correlações	Partidos (Região)	Correlações
PT x PSB (SE)	-0,89	PMDB x PT (SE)	0,02
PT x PSDB (Sul)	-0,86	PT x PSB (NE)	0,06
PMDB x PSB (Sul)	-0,80	PSB x PSDB (NE)	0,09
PSB x PSD (SE)	-0,65	PSB x PSD (NE)	0,11
PT x PSB (Sul)	-0,64	PT x PSDB (SE)	0,13
PMDB x PT (NE)	-0,63	PSB x PSDB (Sul)	0,16
PMDB x PSB (NE)	-0,61	PMDB x PSB (SE)	0,20
PT x PSDB (NE)	-0,53	PMDB x PT (Sul)	0,97
PSB x PSDB (SE)	-0,50		

Fonte: Calculado com base em dados do TSE

Se considerássemos apenas o que ocorre no plano nacional, poderíamos sugerir que PT e PMDB se aliassem no Sul. Tal aliança, porém, mostra-se altamente improvável, tendo em vista não só a histórica rivalidade dos dois partidos na região, de forma mais aguda no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, como também o fato de que nenhuma correlação (e, portanto, competitividade) se mostrou tão forte entre as principais agremiações como a que opõe PT e PMDB no Sul.

Por outro lado, nota-se que a reconhecida força dos candidatos presidenciais petistas no Nordeste em muito se beneficia da aliança com o PSB na região – estremeçada agora, mas facilmente recuperável pela distribuição de verbas e obras nos próximos dois anos, sobretudo porque tais estados dependem muito da União, inclusive Pernambuco. Olhando-se os dados da tabela 2 nota-se que a crescente rivalidade entre os dois partidos na região pode-se explicar pelo fato de que eles são mais potenciais competidores do que complementares ali (embora com intensidade moderada).

Num cenário de piora econômica, a falta desse apoio não seria nada desprezível; na dúvida, o PT deve se cuidar para manter o PMDB por perto e continuar a distribuir recursos para os partidos médios. Mas outro lado favorece o governismo: aqueles de sua base que poderiam se juntar à oposição teriam problemas para fazê-lo, sobretudo o PSB. É muito difícil acreditar que o PSDB apoie Eduardo Campos para presidente, abdicando de seu projeto de poder, do mesmo modo que o governador pernambucano dificilmente aceitaria ser vice dos tucanos, porque perderia votos e credibilidade junto ao seu eleitorado. Assim, num cenário de crise, o mais provável é que aumente o número de candidatos, gerando um cenário fragmentado. Isso pode dificultar a vitória da presidente Dilma no primeiro turno e favorecer alianças entre seus oponentes no segundo, mas cabe lembrar o alto custo de sair com pouco apoio num pleito nacional, o que reduz a visibilidade da candidatura – sobretudo por conta do pouco tempo de TV e rádio – e o financiamento de campanha, além de criar uma incerteza quanto ao futuro – vejam-se os exemplos de Ciro Gomes, Anthony Garotinho e Marina Silva.

CONCLUSÃO: NO QUE AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS AFETAM E NÃO AFETAM A ELEIÇÃO NACIONAL

As eleições municipais têm vínculos complexos e não lineares com as eleições nacionais, afetando-as na medida em que seus resultados revelam a força e a fraqueza de cada partido, coligação ou liderança política em âmbito

local, o que pode valorizar ou enfraquecer tanto legendas como candidatos nos arranjos estaduais e nacional. Entretanto, a conjuntura política gerada por uma disputa eleitoral não necessariamente persistirá na próxima, uma vez que fatores como a conjuntura econômica, o emprego e a renda também têm forte apelo sobre as circunstâncias da competição política. Basta lembrarmos que os dados econômicos favoráveis acompanhados pela evolução do emprego e da renda foram decisivos para que Lula fosse reeleito em 2006 apesar de toda a repercussão negativa do Escândalo do Mensalão. Se voltarmos a 2005, o PSDB dava o governo Lula como morto por causa desse escândalo e esperava apenas o processo eleitoral para voltar ao Poder.

Os dados aqui apresentados demonstram situações diversas. Chama atenção o fato de o PT crescer em termos absolutos no número de prefeituras conquistadas desde que ganhou a presidência da República. Contudo, também é verdade que o partido vem perdendo espaço nas capitais e áreas metropolitanas, excetuando a grande São Paulo, justamente após chegar ao Palácio do Planalto. As derrotas em Belo Horizonte, Contagem, Betim, Porto Alegre, Caxias do Sul, Pelotas, Recife, Fortaleza e Diadema, dentre outras, são muito significativas.

Da mesma maneira é interessante notar que o PMDB persiste como o maior partido do país em número de prefeituras, o que revela sua capilaridade e implantação no território nacional, mas continua sem a possibilidade de ter candidatura própria viável à Presidência da República, uma vez que não possui liderança política que seja capaz de mobilizar a sociedade e unir o partido, apesar da importância da legenda em termos eleitorais e organizacionais. Essas são questões ultrapassam o alcance da eleição municipal. Também é importante lembrar que foi justamente uma crise econômica internacional, associada a fatores internos como queda no emprego e na renda, que inviabilizaram ao governo Fernando Henrique transformar José Serra em seu sucessor, em 2002.

Todavia, terminados os pleitos municipais, vários fatos recentes mostram que todos agora voltam seus olhos para a disputa presidencial de 2014. A oposição porque pretende começar a desgastar o PT e seus aliados o mais cedo possível, dado que fazê-lo apenas no ano da eleição pode se mostrar demasiado tarde. O governo, por sua vez, já responde a estas provocações, e também colocará obstáculos no caminho de seus adversários. Em meio a tudo isso, fica a questão: qual o impacto desta antecipação eleitoral sobre a qualidade do debate público?

Vamos aos lances dados por cada grupo político. O presidente Fernando Henrique lançou o senador Aécio Neves como o presidenciável do PSDB – por sinal, num encontro de prefeitos de seu partido. É bem verdade que mui-

Tabela 5. *Prefeituras conquistadas pelos 6 maiores partidos nos Estados*

Estado	PMDB	PT	PSB	PSDB	PSD	PP
AC	18%	27%	5%	27%	0%	0%
AM	28%	5%	2%	2%	39%	2%
AP	13%	19%	19%	0%	0%	6%
PA	19%	16%	3%	23%	8%	3%
RO	29%	12%	4%	10%	4%	16%
RR	13%	13%	0%	27%	0%	13%
TO	18%	5%	12%	14%	22%	4%
AL	25%	2%	5%	19%	8%	15%
BA	11%	22%	7%	2%	17%	12%
CE	11%	16%	22%	5%	14%	2%
MA	22%	5%	7%	4%	5%	3%
PB	26%	3%	16%	14%	7%	2%
PE	4%	7%	32%	11%	12%	3%
PI	11%	9%	24%	8%	9%	4%
RN	30%	4%	12%	2%	13%	5%
SE	11%	9%	13%	5%	15%	0%
GO	24%	7%	4%	21%	9%	7%
MS	29%	15%	5%	15%	1%	1%
MT	21%	7%	8%	3%	27%	4%
ES	18%	8%	28%	8%	1%	5%
MG	14%	13%	4%	17%	3%	8%
RJ	26%	12%	9%	2%	7%	9%
SP	13%	11%	4%	27%	5%	4%
PR	14%	10%	4%	19%	9%	7%
RS	27%	14%	4%	4%	1%	27%
SC	36%	16%	1%	9%	18%	16%

tos tucanos paulistas não gostaram da história, mas provavelmente desta vez não terão como vencer a disputa interna no partido. A novidade está em lançar dois anos antes o candidato para 2014. Faz sentido estratégico esta aposta, uma vez que o governante de plantão tem sempre vantagens em termos de exposição pública – como provaram as reeleições de FHC e Lula. Sabe-se que Aécio é pouco conhecido ainda na maior parte do país e se ele começar a aparecer somente em 2014, suas chances serão menores.

Há, sem dúvida, o risco oposto: expor-se cedo demais pode levá-lo a sofrer ataques adversários desde muito cedo. Porém, Lula fez isso durante quatro eleições, quando ainda era oposição, e mesmo que tenha gerado um séquito de antilulistas, beneficiou-se gradualmente da construção de um nome político nacional, tornando-se inclusive, do ponto de vista eleitoral, maior do que o seu partido. Aécio não tem o carisma de Lula, mas é uma figura política com grande capacidade comunicativa, além de ter muitos na opinião pública que nutrem simpatias por ele. Seu desafio é chegar ao “povão” cativado pelo lulismo, seja no Nordeste, na periferia de São Paulo ou na Baixada Fluminense.

A antecipação da campanha por parte da oposição já gerou reações nas hostes governistas. Um dos primeiros atos da campanha de reeleição da presidenta Dilma foi seu contra-ataque à rejeição do novo modelo elétrico por ela proposto pelas estatais de São Paulo, Minas Gerais e Paraná – estados governados pelo PSDB. Ela criticou, de forma velada, os governadores tucanos por terem “atrapalhado” à redução das contas de luz para os cidadãos e para as empresas. Se o Governo Federal conseguir reduzir efetivamente estas tarifas, será difícil para o PSDB justificar a ação de seus pares. É possível que surja aí, do ponto de vista do discurso político, um novo Bolsa Família: a presidenta e seus aliados vão tachar os opositores de “elitistas” que não pensam nos mais pobres. Pior: desta vez, a oposição teria também, na lógica desta argumentação, atuado contra os empresários e o aumento da competitividade da economia brasileira.

É preciso analisar com cuidado todos estes lances, pois para cada ação, haverá uma reação, para lembrarmos da mecânica newtoniana. Ademais, embora não haja nada de errado em antecipar parte do jogo, a eleição ainda está muito longe, e muito ainda pode acontecer. Não se deve esquecer que em 2005 a oposição e boa parte da imprensa consideravam Lula um cadáver insepulto. O resultado final das eleições de 2006 o ressuscitou e lhe deu um vigor ainda maior. No cenário atual, Dilma é franca favorita, mas não sabemos se acontecerá alguma tempestade política ou econômica que a atrapalhe em 2014.

O que podemos afirmar, por ora, são duas coisas. A primeira é que as forças políticas estão buscando se organizar segundo os atos do adversário – ou mesmo do aliado do qual se desconfia. Por exemplo, a possibilidade de uma candidatura presidencial de Eduardo Campos e, sobretudo, a bateria pesada contra o ex-presidente Lula devem reforçar a aliança PT-PMDB, os dois maiores partidos do país e que têm, por conseguinte, os maiores tempos de TV e enorme capilaridade nacional. O lançamento precoce – e correto, como estratégia eleitoral – do nome de Aécio como candidato do PSDB mostra que

o partido não aceitará ser coadjuvante na eleição de 2014, tornando muito difícil a aliança com Eduardo Campos, que também não aceitará ser vice de um candidato marcadamente contrário ao lulismo. Porém, nada impede uma aliança, dependendo do cenário político-econômico, do governador pernambucano com alguém ao estilo de Marina Silva, construindo uma terceira via.

Provavelmente, o maior efeito da eleição municipal no plano nacional esteja mais vinculado à composição do Congresso Nacional. Se isso for verdadeiro, o grupo composto pelo PT, pelo PMDB e pelos crescentes PSB e PSD podem ser os grandes beneficiários, pelo tamanho de prefeituras conquistadas e/ou pelo seu crescimento recente. Assim, a oposição deveria se preocupar com os resultados de 2012 não por seu impacto na disputa presidencial, mas por sua provável influência sobre a distribuição de cadeiras congressuais.

O conjunto da argumentação mostrou aqui, em suma, que a disputa de 2012 pode mostrar certas tendências de evolução partidária, principalmente para o plano legislativo, porém, constata-se que o pleito local não é determinante para os resultados de outras eleições para postos majoritários.

Claudio Gonçalves Couto é Doutor em Ciência Política pela USP e professor do Departamento de Gestão Pública da FGVSP.

Fernando Luiz Abrucio é Doutor em Ciência Política pela USP, professor do Departamento de Gestão Pública da FGVSP onde é Coordenador da Graduação em Administração Pública.

Marco Antonio Carvalho Teixeira é Doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP, professor do Departamento de Gestão Pública da FGVSP onde é Vice-coordenador da Graduação em Administração Pública.

